

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/02/2014 a 28/02/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Stedile critica aliança de Dilma com Kátia Abreu e defende reforma política. Aguirre Talento – Folha de São Paulo, Poder. 11/02/2014.....	3
Pepe Vargas afirma que deixará Ministério do Desenvolvimento Agrário. Erich Decat e Lisandra Paraguassu – O Estado de São Paulo, Política. 13/02/2014.....	3
Esvaziado e sem rumo. Celso Ming – O Estado de São Paulo, Economia. 14/02/2014	4
Em defesa da Copa do Mundo. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas. 15/02/2014.....	5
Dilma indica nome para Agricultura e PMDB reage. Débora Bergamasco – O Estado de São Paulo, Política. 19/02/2014.....	7
CNA não aceita substituição de juízes por mediadores ideologicamente comprometidos em conflitos agrários – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 20/02/2014.....	8
Tecnologia no campo. Eduardo Daher – O Globo, Opinião. 21/02/2014.....	9
Caixa afirma que evento 'valoriza população campesina'. Eduardo Bresciani – O Estado de São Paulo, Política. 24/02/2014.....	10
BNDES liberou R\$ 350 mil a evento do MST sem licitação. Eduardo Bresciani – Folha de São Paulo, Política. 24/02/2014.....	11
Superar divisões. Vladimir Safatle – Folha de São Paulo, Colunistas. 25/01/2014	12
Governo vai continuar a patrocinar eventos do MST, diz Carvalho. Fernanda Odilla – Folha de São Paulo, Poder. 26/02/2014.....	13

Stedile critica aliança de Dilma com Kátia Abreu e defende reforma política. Aguirre Talento – Folha de São Paulo, Poder. 11/02/2014

Um dos principais líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o economista João Pedro Stedile, fez críticas à aliança do governo Dilma Rousseff com a senadora Kátia Abreu, porta-voz dos ruralistas, e defendeu a reforma política para mudar as regras de financiamento de campanhas, em discurso no segundo dia do 6º Congresso Nacional do MST, em Brasília.

"Não adianta ficar falando mal da Dilma. A Dilma pessoalmente é uma coisa, mas outra coisa é o governo Dilma. É um governo de composição e lá dentro tem os banqueiros, tem os empresários, tem a classe média, tem até a Kátia Abreu no governo da Dilma", afirmou Stedile na manhã desta terça-feira (11).

E completou: "Mas tem também companheiros de esquerda e companheiros que defendem a reforma agrária que temos que valorizar, não podemos botar tudo no mesmo balaió. Mas é um governo de composição de forças antagônicas e num governo assim é difícil avançar".

Stedile deu esse exemplo para defender que o MST se engaje na luta por uma reforma política e criticou o financiamento de campanhas pelo agronegócio. "Sem a democratização do estado brasileiro, a reforma agrária continua bloqueada. Por isso temos que nos engajar na reforma política, na luta por uma assembleia constituinte para varrer esses picaretas que estão no Congresso [Nacional]. E por isso tem que mudar as regras do financiamento, que é a síntese da reforma política", discursou Stedile.

Outros líderes do movimento que discursaram também assumiram a defesa da reforma política como uma bandeira do MST para os próximos anos. Stedile afirmou que a "reforma agrária clássica já passou" e defendeu um novo modelo, que "não é apenas de distribuir terra", e que integre a produção agroecológica aos assentamentos do MST e o combate aos agrotóxicos.

Defendeu também que o movimento se una aos trabalhadores urbanos na luta pela reforma agrária. "Os camponeses só pesam 20% da população. Só vamos ter reforma agrária se a classe trabalhadora urbana lutar com a gente", disse.

Por último, incentivou a retomada das invasões de terras como principal força do MST. "Não pense que a burguesia vai se assustar com nosso congresso, ninguém bota na imprensa. A burguesia vai voltar a se assustar com nós quando voltarmos a fazer ocupação com mil famílias, com 2.000 famílias. A burguesia vai se assustar com nós quando nós ocuparmos a Monsanto, quando ocuparmos usina. Aí vão nos respeitar", afirmou Stedile.

Pepe Vargas afirma que deixará Ministério do Desenvolvimento Agrário. Erich Decat e Lisandra Paraguassu – O Estado de São Paulo, Política. 13/02/2014

Anúncio foi feito em meio aos protestos do MST contra a política agrária do governo Dilma; petista Miguel Rossetto deve assumir pasta

Brasília - O ministro de Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas (PT-RS), anunciou nesta quinta-feira, 13, que deixará a pasta até o final do mês para se dedicar à reeleição à Câmara dos Deputados.

Em entrevista coletiva realizada após encontro com representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Pepe disse que já conversou com a presidente Dilma e acertou a sua saída até o próximo dia 28. O ministro, contudo, evitou comentar sobre seu sucessor na pasta. "Sou ministro e agradeço a oportunidade. Mas Dilma que anunciará. Não cabe a mim fazer esse anúncio", disse.

Ao Broadcast Político, Vargas disse que a data certa de sua saída deve ser entre os dias 24 e 28 de fevereiro após a presidente retornar de uma viagem internacional. Segundo ele, na ocasião também deve ser anunciada a saída de outros ministros que disputarão a próxima eleição de outubro.

Como informou o blog do Marcelo de Moraes, o petista Miguel Rossetto, que ocupou o Ministério no governo Lula, deve assumir a pasta no lugar de Vargas. Rossetto é o atual presidente da Petrobrás Biocombustível e tem bom trânsito com o setor do agronegócio e também com os representantes da agricultura familiar.

A opção pelo seu nome ajuda também o governo a sinalizar para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) justamente no momento em que eles fazem manifestações públicas criticando a política de reforma agrária.

No documento elaborado pelos líderes do MST entregue à Dilma nesta manhã, o grupo ressalta "a necessidade urgente de fazer mudanças nas políticas agrárias" do governo. "O governo foi incapaz de resolver esse grave problema social e político. A média de famílias assentadas por desapropriações foi de apenas 13 mil por ano, a menor média após os governos da ditadura militar. É necessário assentar, imediatamente, todas as famílias acampadas", diz trecho do primeiro item da carta.

Esvaziado e sem rumo. Celso Ming – O Estado de São Paulo, Economia. 14/02/2014

O Movimento dos Sem Terra (MST) tem uma história de 30 anos permeada de invasões e atos de violência, mas é a primeira vez que tenta peitar instituições democráticas, como aconteceu nos tumultos praticados quarta-feira nas manifestações em Brasília. Já é, parece, o reflexo de um movimento esvaziado, sem discurso e sem rumo.

Ao contrário do que muita gente pensa, o MST é um movimento conservador. Nasceu em 1984 como fruto da Pastoral da Terra da Igreja Católica, em cuja órbita continua girando. Na prática, sua função social foi organizar e impor certa disciplina a camadas subempregadas na periferia das grandes cidades, graças a promessas de acesso à terra e práticas de liturgia de "enturmação".

Não faz sentido insistir nas denúncias do latifúndio improdutivo, como faz o MST. A presidente Dilma, cuja base de apoio político é liderada por um partido que sempre defendeu a reforma agrária, acaba de deitar louvação nos resultados da agricultura, que "em duas décadas aumentou em 221% a produção de grãos, com acréscimo da área plantada de apenas 41%". Independentemente da exatidão desses números, este não é o resultado da atuação só de grandes empresas. A agricultura familiar capitalizada e detentora de tecnologias de ponta em preparo da terra, seleção de sementes, plantio, irrigação, colheita, armazenamento e práticas financeiras avançadas, também tem muito a ver com isso.

A tal "produtividade na veia" a que se referiu a presidente Dilma acontece na agropecuária, e não nos assentamentos. Hoje, o setor coloca no mercado quase 200 milhões de toneladas de grãos que, em mais dez anos, deverão ser alguma coisa entre 300 milhões e 400 milhões de toneladas.

Não foi apenas o sucesso do agronegócio que esvaziou o MST. Também os governos do PT trabalharam diretamente para isso, na medida em que promoveram farta distribuição de bolsas família e tiraram impulso das lutas pelo acesso à propriedade de um pedaço de terra e por um posto de trabalho. Ficou comprovado que o desemprego se resolve com crescimento econômico, e não com reforma agrária.

As próprias análises internas do MST reconhecem que o Programa Bolsa Família e o aumento do emprego atrapalharam os planos dos seus dirigentes. Eles agora acusam o governo de traição à causa e de conluio com a bancada ruralista. Parecem incapazes de reconhecer que os projetos de reforma agrária não mais farão parte da agenda de prioridades de nenhum governo, seja qual for sua coloração ideológica.

Os líderes do MST não têm clareza sobre seu próprio futuro. Como não conseguiram emplacar seus projetos originais de redistribuição de terras, aderiram a um ambientalismo confuso e, em nome dele, se puseram a destruir plantações de laranja, de eucalipto, de cana-de-açúcar e de canteiros de pesquisas agrônomicas, sob a argumentação de que toda cultura extensiva, especialmente a obtida a partir de sementes geneticamente modificadas, envenena as pessoas e o meio ambiente e destrói a agricultura tradicional.

Em todo o caso, mesmo em decadência e sem perspectivas, o MST ainda tenta invadir o Palácio do Planalto e consegue suspender uma sessão do Supremo, como aconteceu quarta-feira.

Em defesa da Copa do Mundo. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas. 15/02/2014

Investimento não é gasto. Qualquer um que se aventure ao livre empreendimento -de uma carrocinha de pipoca à construção de uma hidrelétrica- sabe disso. Gasto não tem retorno; investimento tem. Visto isso, falemos da Copa do Mundo.

Está em curso uma campanha nacional contra sua realização, o que, além de equívoco do ponto de vista econômico, é uma leviandade política e social. Busca-se, por essa via, atingir o governo. Mas a Copa não é do governo: é do país -e é ele o atingido.

Foi o Brasil, não o governo -embora ele lá o representasse-, quem batalhou, concorrendo com adversários do porte da Espanha e da Inglaterra, para sediar o evento. E o fez por saber de seu significado não apenas econômico mas também psicossocial.

A Copa, além de elevar a autoestima da população -que tem no futebol sua principal fonte de lazer-, multiplica, entre outros, os ganhos com turismo, serviços, construção civil e alimentação e gera milhares e milhares de empregos diretos e indiretos.

Estudo desenvolvido pela consultoria Ernst & Young, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas -"Brasil Sustentável - Impactos Socioeconômicos da Copa do Mundo de 2014"-, constata que o evento já quintuplicou os investimentos diretos, injetando R\$ 142,39 bilhões no período 2010-2014.

Os investimentos diretos, em infraestrutura, construção e/ou reforma de estádios e organização, são de pouco mais de R\$ 22 bilhões, e boa parte deles -frise-se isso!- privada.

Considerando os impactos em inúmeros setores interligados -alimentação, bebidas, rede hoteleira, serviços essenciais (luz, água, esgoto)-, calcula-se o ingresso adicional de R\$ 112 bilhões, o que gerará, segundo esse estudo, mais de 3 milhões de empregos, impulsionando o consumo interno.

Somente no turismo, o impacto econômico da Copa das Confederações, evento de expressão bem menor, foi de R\$ 740 milhões, segundo a Embratur. Mobilizou 230 mil brasileiros e 20 mil estrangeiros.

Para a Copa do Mundo, a projeção, entre turistas brasileiros e estrangeiros, é que superem a casa dos 3 milhões.

Quase a totalidade das obras estava prevista por se tratar de obras estratégicas. Seriam realizadas com ou sem Copa, segundo o governo. Tudo isso ficará para além do evento.

Não obstante, os que engendram a campanha contra a Copa -e infernizam as ruas do país, com ações predadoras, a pretexto de manifestações democráticas- partem de uma argumentação desonesta, que só exhibe os investimentos (apresentando-os, claro, como gastos) e insuflam a população a protestar.

O discurso socialista, que supõe possível banir a pobreza sem gerar riqueza, sonha com um Estado provedor, sem atentar para o dado elementar de que, para prover, é preciso ter recursos. E o Estado não gera recursos; capta-os da sociedade, que, por sua vez, para gerá-los, precisa de empreendimentos que gerem riqueza. E a Copa, como está mais do que demonstrado, assim o faz.

Pesquisa do Datafolha constata que 63% dos brasileiros, apesar da implacável campanha anti-Copa, são favoráveis à sua realização no Brasil. Apenas 21% são contra.

Esses percentuais seriam bem mais expressivos se os números que expus fossem do conhecimento do público. Infelizmente, não são. Não por falta de dedicação e competência do ministro do Esporte, Aldo Rebelo, mas por uma inexplicável falha de comunicação do governo e da Fifa.

Compartilho da perplexidade do escritor Marcelo Rubens Paiva, que, há dias, perguntou: "Não vai ter Copa no país que mais Copas ganhou? O único que esteve em todas as Copas e chegou a sete finais?"

É como se os franceses organizassem o movimento social "pas de baguette" (nada de baguete); e os americanos, no "turkey on thanksgiving" (sem peru no dia de Ação de Graças).

Ou seja, nada mais surrealista que o País do Futebol rejeitá-lo, em nome de argumentos desonestos, que transformam lucros em perdas, e oportunidade -força motriz dos grandes negócios-, em desperdício. Não há dúvida: quem assim age, por ignorância ou má-fé (ou ambas), incide em crime de lesa-pátria.

Dilma indica nome para Agricultura e PMDB reage. Débora Bergamasco – O Estado de São Paulo, Política. 19/02/2014

Escolha de Enio Marques desperta reação em grupos para os quais o médico veterinário, sugerido por Kátia Abreu, 'não representa a vontade' do partido

Brasília - A indicação feita pela presidente Dilma Rousseff de que o assessor especial do Ministério da Agricultura, o médico veterinário Enio Marques, será o novo ministro da Agricultura no lugar de Antonio Andrade, desencadeou nesta quarta-feira, 19, uma forte reação em setores do PMDB contrários ao nome.

A escolha, antecipada pelo blog de Marcelo de Moraes, no estadão.com, tem por objetivo apresentar um nome que aproxime o governo e a campanha da petista do agronegócio. Marques foi sugerido pela presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), principal elo de Dilma com empresários do setor, tradicionalmente avessa ao petismo.

O nome de Marques foi colocado por Dilma depois que o PMDB da Câmara, descontente com o atraso na reforma ministerial, decidiu não apresentar nenhum nome ao Planalto para substituir os deputados da bancada que ocupam cargos nos ministérios, caso de Andrade e Gastão Vieira (Turismo). Mas foram justamente os deputados peemedebistas que contestaram o nome de Marques.

O deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) afirmou que se Marques for mesmo nomeado o governo estará comprando uma briga ainda maior com a bancada do PMDB na Câmara. "Já exoneramos o sujeito uma vez, se ela o colocar como ministro, aí vai ser

uma agressão ao meu partido", avisou. "Essa pessoa não representa a vontade do PMDB. Se for ele, então haverá um rompimento do governo com o PMDB da Câmara", ameaçou Cunha.

Minas Gerais. Além disso, a indicação foi considerada prejudicial na articulação montada pelo PT e pelo governo para atrair o PMDB mineiro para a campanha de Dilma e do petista Fernando Pimentel ao governo do Estado. O presidente em exercício da legenda, deputado Saraiva Felipe (PMDB-MG), criticou a escolha.

"A presidente está conseguindo um feito difícil: montar todos os seus ministérios sem nenhum mineiro como titular. De certo ela não está precisando de votos em Minas, deve achar que vai tirar a diferença no Rio Grande do Sul." E finalizou: "Isso é só mais um sintoma do prestígio que ela tem por Minas".

A indicação de Marques contempla o desejo de Kátia Abreu, que já defendia o nome do futuro ministro para cargos estratégicos no governo desde quando ele ainda comandava a Secretaria de Defesa Agropecuária. A senadora disse que só se pronunciará após ele assumir a pasta.

Em agosto de 2013, Marques foi exonerado da Secretaria de Defesa Agropecuária após pressão do PMDB, que conseguiu substituí-lo pelo advogado Rodrigo Figueiredo. Na época, houve reação do setor agropecuário, mas peemedebistas ficaram satisfeitos com o novo nome.

CNA não aceita substituição de juízes por mediadores ideologicamente comprometidos em conflitos agrários – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 20/02/2014

É com perplexidade que a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) toma conhecimento, pela imprensa, das manifestações de um ministro de Estado e de um alto funcionário do Ministério da Justiça, desmerecendo o Poder Judiciário brasileiro.

Ao participarem da apresentação de pesquisa sobre conflitos de terra, realizada por uma ONG notória opositora do agronegócio do país, o ministro chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e o Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Flávio Caetano, defenderam a mediação como medida mais eficiente para resolver os problemas fundiários, relegando a um segundo plano o papel da Justiça.

Preocupa especialmente a CNA a defesa, por autoridades, da submissão de conflitos de enorme complexidade a mediadores ideologicamente comprometidos, em substituição a magistrados imparciais, protegidos por garantias constitucionais e selecionados com impessoalidade, por meio de rigorosos concursos públicos. O ministro defende a criação de uma escola de mediadores sem esclarecer qual será o currículo e quem serão os professores destes futuros substitutos de juízes.

Por outro lado, a afirmação, presa a dogmas ultrapassados, de que “a velha figura do latifúndio contra o pequeno proprietário continua existindo no país” mostra desconhecimento da realidade do campo. Baseia-se na noção do latifúndio improdutivo, quando é sobremaneira sabido que a propriedade rural brasileira é altamente produtiva e a principal responsável pelo crescimento econômico.

Estas declarações ganham especial relevância neste momento em que o Ministério da Justiça insiste em não dar cumprimento a decisões judiciais de reintegração de posse, em favor de produtores do sul da Bahia que tiveram suas terras invadidas por índios. As liminares concedidas pela Justiça Federal e confirmadas pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região garantem o direito de propriedade. Nestes casos, a crítica do ministro Gilberto Carvalho quanto à inexistência “de posição neutra no aparelho do Estado brasileiro” é contrária à efetividade da Justiça e ao Estado de Direito.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) repele firmemente tais aleivosias e contra elas lutará, em defesa da Constituição e da ordem jurídica .

Tecnologia no campo. Eduardo Daher – O Globo, Opinião. 21/02/2014

Há espaço para crescer, sobretudo entre os pequenos produtores, a agricultura familiar

O agronegócio brasileiro vive um dos melhores momentos de sua história. Em 2013, o setor foi responsável por 22,8% do PIB do país. Neste ano, o país deve colher quase 200 milhões de toneladas de grãos. Apenas em soja, serão 90 milhões de toneladas, levando o país a ultrapassar os Estados Unidos como maior produtor mundial da oleaginosa. As exportações de carnes também não param de crescer. Depois de superar pela primeira vez a barreira dos US\$ 15 bilhões em vendas externas de bovinos, suínos e aves, a expectativa para 2014 é de novo crescimento. O cenário é extremamente favorável e a boa notícia é que ainda existe muito espaço para crescimento — sobretudo entre os pequenos produtores, a chamada agricultura familiar.

De acordo com o mais recente censo agropecuário, 70% da produção nacional de alimentos têm como origem a agricultura familiar. Buscando desenvolver este importante segmento, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) celebra em 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar. O objetivo é incluir os pequenos e médios produtores na discussão em torno do aumento da produção de alimentos no país e no mundo. Segundo a Confederação Nacional da Agricultura, atualmente apenas 11% dos agricultores familiares têm acesso regular a insumos tecnológicos. É muito pouco.

O exemplo a ser seguido vem das cooperativas brasileiras. Formadas basicamente por pequenos e médios agricultores — de acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras, entidade que possui mais de um milhão de associados, 49% das propriedades possuem de dez a 50 hectares —, elas dão aula no quesito produtividade. O uso da tecnologia faz toda a diferença, mantém o negócio rentável e as famílias no

campo, produzindo mais e melhor. Portanto, será preciso aproveitar o apoio da FAO para estimular o uso da tecnologia na agricultura familiar brasileira. Este será um fator decisivo para o próximo salto de produtividade.

Nos últimos 40 anos, o país deixou a incômoda posição de importador para se consolidar como um dos principais fornecedores globais de alimentos. Essa “revolução verde” foi conquistada em grande parte graças às novas tecnologias introduzidas em nossas lavouras desde os anos 1970. Um trabalho fantástico desenvolvido por abnegados pesquisadores e instituições públicas e privadas, com destaque para a Embrapa. Agora, o Brasil tem um desafio ainda maior: alimentar um mundo com 9 bilhões de habitantes.

De acordo com a FAO, o Brasil precisará aumentar sua produção em 40% até 2050. Os recordes de produção alcançados nas últimas safras mostram que estamos no caminho certo. Os grandes produtores, que investem há muito tempo em tecnologia e gestão, já possuem bons índices de eficiência e produtividade. Um aumento substancial na produção nacional, portanto, passa pelas mãos dos pequenos e médios empreendedores rurais. Mas este salto só será possível quando as tecnologias chegarem, de fato, à base da pirâmide produtiva nacional.

Caixa afirma que evento 'valoriza população campesina'. Eduardo Bresciani – O Estado de São Paulo, Política. 24/02/2014

A Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) afirmam que os patrocínios concedidos ao evento da Associação Brasil Popular (Abrapo) foram realizados para ampliar a visibilidade das empresas para o setor agrícola.

O governo do Distrito Federal, por sua vez, afirmou que a cessão sem custos da área é "prática habitual" em eventos de grande proporção. O MST não respondeu os questionamentos feitos pela reportagem, assim como a Abrapo. Caixa e BNDES não quiseram comentar possíveis danos à imagem institucional por causa do conflito ocorrido na marcha realizada pelo MST.

A Caixa afirma que apoiou o evento porque ele "valoriza a população campesina brasileira e oferece oportunidade de intercambiar conhecimentos e culturas do País". Diz também que o patrocínio é "positivo para a imagem do banco como empresa com responsabilidade social, apoiadora de iniciativas voltadas para o desenvolvimento cultural da sociedade brasileira e das práticas de incentivo à difusão do conhecimento". Informa ainda que "a ação também faz parte da estratégia do banco de ampliar a atuação na área rural, com incremento de créditos específicos para o setor agrícola". Segundo a Caixa, o repasse de R\$ 200 mil ainda não foi feito porque aguarda a comprovação de despesas da entidade.

O BNDES diz que "decidiu apoiar o evento porque entendeu que a mostra tem potencial de contribuir para a comercialização de produtos de agricultura familiar e oriundos de

assentamentos da reforma agrária, gerando renda e melhores condições de vida para estes produtores". Afirmou que o projeto está alinhado com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no qual opera uma linha de crédito. "Constitui-se numa oportunidade de divulgação de seus programas agrícolas diretamente a esse público", respondeu o banco de fomento.

Os dois órgãos do governo federal dizem ter respeitado os critérios da Lei 8.666 para celebrar os contratos sem a exigência de licitação. O governo do Distrito Federal afirmou que na gestão Agnelo Queiroz já foi dado aporte para eventos de "movimentos sociais do campo e da cidade, entidades religiosas, sindicais e estudantis". Diz que, "como prática habitual em eventos de grande proporção e relevância social, o governo do Distrito Federal isenta as entidades". Concluiu dizendo que não pode ser responsabilizado por "eventuais adversidades" ocorridas em marchas e manifestações.

BNDES liberou R\$ 350 mil a evento do MST sem licitação. Eduardo Bresciani – Folha de São Paulo, Política. 24/02/2014

A Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fecharam contratos sem licitação de R\$ 200 mil e R\$ 350 mil, respectivamente, com entidade ligada ao Movimento dos Sem Terra para evento realizado no 6.º Congresso Nacional do MST. O evento, há duas semanas, terminou em conflito com a Polícia Militar na Praça dos Três Poderes que deixou 32 feridos, sendo 30 policiais. Houve, ainda, uma tentativa de invasão do Supremo Tribunal Federal.

A Associação Brasil Popular (Abrapo) recebeu os recursos para a Mostra Nacional de Cultura Camponesa, atividade que serviu de centro de gravidade para os integrantes do congresso do MST. As entidades têm relação próxima, tanto que a conta corrente da Abrapo no Banco do Brasil aparece no site do MST como destino de depósito para quem deseja assinar publicações do movimento social, como o jornal Sem Terra.

O contrato de patrocínio da Caixa, no valor de R\$ 200 mil, está publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2014. Foi firmado pela Gerência de Marketing de Brasília por meio de contratação direta, sem licitação. A oficialização do acordo do BNDES com a mesma entidade foi publicada três dias depois. O montante é de até R\$ 350 mil. A contratação também ocorreu sem exigência de licitação e foi assinada pela chefia de gabinete da presidência do banco de fomento.

A Mostra Nacional de Cultura Camponesa, objeto dos patrocínios, ocorreu na área externa do ginásio Nilson Nelson, em Brasília. O congresso teve suas plenárias na área interna. Os dois eventos tiveram divulgação conjunta e o objetivo da mostra era mostrar os diferentes produtos cultivados pelos trabalhadores rurais em assentamentos dentro de um discurso do MST da valorização da reforma agrária.

Marcha.

O congresso foi realizado de 10 a 14 de fevereiro e reuniu 15 mil pessoas. No dia 12, uma marcha organizada pelo movimento saiu do ginásio e percorreu cerca de cinco quilômetros até a Esplanada dos Ministérios. O objetivo declarado era a entrega de uma carta ao secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, com compromissos não cumpridos pela presidente Dilma Rousseff na área da reforma agrária.

No decorrer da passeata, o grupo de sem-terra integrou-se a petistas acampados em frente ao STF desde as prisões do mensalão, ameaçando invadir a Corte. Na presidência dos trabalhos, o ministro Ricardo Lewandowski suspendeu a sessão que ocorria no momento. Um cordão de isolamento feito por policiais e seguranças da Corte impediu os manifestantes de avançar em direção ao Supremo. Eles então se dirigiram ao outro lado da Praça dos Três Poderes, rumo ao Palácio do Planalto. Quando os sem-terra romperam as grades colocadas na Praça o conflito começou. Manifestantes atiravam cruces que faziam parte da marcha, pedras e rojões contra a polícia, que usou bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e balas de borracha contra os militantes. Ao todo, 30 policiais e dois manifestantes ficaram feridos.

Superar divisões. Vladimir Safatle – Folha de São Paulo, Colunistas. 25/01/2014

Há uma divisão que quebrou boa parte da dinâmica criativa da esquerda mundial. Ela se deu entre aqueles que, animados pelo ímpeto de Maio de 1968, levaram a política em direção às lutas ecológicas, libertárias e aqueles que permaneceram, durante décadas de assalto ideológico neoliberal no campo do pensamento de esquerda, pautando suas ações pela sensibilidade aos conflitos de classe e pela defesa de políticas de combate à desigualdade.

Tal divisão conseguiu, por exemplo, enterrar a esquerda em países como a França e a Alemanha.

No primeiro, enquanto a extrema direita racista cresce exponencialmente, a esquerda perde sua força de sinergia por se clivar entre uma frente que agrupa comunistas, sociais-democratas radicais e outros grupos (Front de Gauche, "frente de esquerda", em francês) e os ecologistas, estirados entre arroubos em direção ao centro e lembranças de seu velho passado de esquerda.

Na Alemanha, a situação não é muito diferente, com atores bastante parecidos (Die Linke, "a esquerda", em alemão, e os verdes).

Essa realidade poderia ser diferente no Brasil. As causas ecológicas têm um radical potencial de crítica do capitalismo, por expressarem a luta contra a versão monopolista mais brutal do nosso sistema econômico –o agronegócio–, por serem fruto da problematização de uma ideia de desenvolvimento e produção que não libera os sujeitos daquilo que mais os aliena, a saber, o sequestro de seu tempo pelo tempo do trabalho.

Tais modificações, para poderem realmente ocorrer, exigem modelos de produção coletiva e de aumento da autonomia em relação ao tempo de trabalho que, se

radicalizadas, podem nos ajudar a nos colocar fora da lógica do sistema econômico que conhecemos. No entanto, ao invés disto, vários ecologistas no Brasil se deixam pautar, muitas vezes, por economistas neoliberais com sua lógica ecológica Starbucks.

Por outro lado, o Brasil, com suas idiossincrasias, é um país no qual os liberais são, no fundo, contra as liberdades individuais.

Por aqui, ser liberal é, via de regra, ser contra o aborto, criticar o casamento homossexual, desconfiar das discussões sobre o Estado radicalmente laico, ridicularizar o embate contra a destruição da vida privada na esteira do "combate ao terrorismo" e ser contra a legalização das drogas. Por essas ironias do destino, quem defende liberdade individual no cenário político-partidário brasileiro é a esquerda.

Tais elementos do cenário nacional demonstram como há um rearranjo possível do espectro político, à condição de superar velhas dicotomias.

Governo vai continuar a patrocinar eventos do MST, diz Carvalho. Fernanda Odilla – Folha de São Paulo, Poder. 26/02/2014

O ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência), responsável pelo diálogo com os movimentos sociais, saiu em defesa do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) nesta quarta-feira (26) e anunciou que o governo federal vai continuar patrocinando eventos do grupo.

Ao chegar para um evento no Itamaraty, Gilberto Carvalho disse a jornalistas que queria falar do MST, apesar de não ter sido perguntado. "Eu quero dizer de maneira clara, peremptória, que não se pode confundir o MST com baderneiros. O MST não é visto pelo governo como um mal, é um movimento social legítimo com o qual o governo tem diferenças. O MST contesta o governo e nós achamos que isso é da democracia", disse o ministro.

Segundo Gilberto Carvalho, o governo financia ações do MST assim como financia feiras do agronegócio. "O dinheiro público pode e deve ser utilizado para estimular todas as formas de organização de cidadania e de produção. Seguiremos financiando. É próprio de um governo democrático financiar iniciativas que convirjam para bem da sociedade".

PATROCÍNIO

A Caixa Econômica Federal, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e a Petrobras ajudaram a patrocinar o evento realizado durante o 6º Congresso Nacional do MST em Brasília. Ao todo, foi gasto cerca de R\$ 1,6 milhão em recursos públicos e de empresas com economia mista.

O congresso, que aconteceu entre 10 e 14 de fevereiro em Brasília, reuniu cerca de 15 mil pessoas e terminou em confronto com a Polícia Militar na praça dos Três Poderes.

Nesta quarta, Gilberto Carvalho também fez questão de dizer que as lideranças do MST ajudaram a conter o confronto que teve saldo de 32 feridos, sendo 30 policiais.

"Nós repelimos qualquer tentativa de dizer que nós estamos financiando a baderna e a violência. A violência que acabou ocorrendo aqui na praça dos Três Poderes não foi provocada por lideranças do MST que, pelo contrário, tiveram uma atuação importante para diminuir o impacto do confronto que acabou ocorrendo por razões que eu não quero aqui comentar".

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa